



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO - COORDENADORIA DE COMPRAS**



**TERMO DE RECONHECIMENTO E RATIFICAÇÃO**

PROAD Nº 21078/2022  
TIPO DE EMPENHO: Global

CREDOR (a): Carlos Eduardo Daniel da Costa  
CNPJ ou CPF: \*\*\*.746.278-\*\*

OBJETO: Contratação de Carlos Eduardo Daniel da Costa para ministrar técnicas de defesa pessoal, no evento “Curso de Formação e Aprimoramento Anual da Polícia Judicial do TRT15 - PRA/2022”, evento presencial, que será realizado em duas turmas, nas datas: Turma 1 - De 17 a 20 de Outubro e Turma 2 - De 21 a 24 de Novembro, destinado a Agentes da Polícia Judicial do TRT15. Carga horária de 16 horas-aula.

VALOR TOTAL: R\$ 5.280,00

JUSTIFICATIVA: A presente contratação é amparada pelo Ato Regulamentar GP-EJ nº 01/2019. Justifica-se esta contratação como uma inexigibilidade de licitação, posto que presentes os pressupostos legais exigidos, quais sejam: 01) o serviço contratado é trabalho técnico profissional especializado, é singular e é evidente a relevância dos temas abordados para o requisitante. Os profissionais/palestrantes são escolhidos dentre magistrados, servidores públicos e demais profissionais (colaboradores externos), a critério da Escola Judicial deste TRT, de acordo com o tema a ser abordado e os conhecimentos pretendidos (doc. 1); 02) o valor de contratação está de acordo com o disposto no referido Ato, e no Ato ENAMAT 02/2017 (doc. 6, fls. 11 e 15); 03) há parecer referencial da Assessoria Jurídica (doc. 9); 04) com amparo no disposto na Orientação Normativa nº 34, de 13/12/2012 da AGU, e no Acórdão nº 1.336/2006 do TCU, considerando-se que o valor da presente despesa não supera o limite de compra direta do inciso II do artigo 24 da Lei 8.666/1.993, fica, em atendimento ao Princípio da Economicidade Processual, dispensada a publicação do presente ato na Imprensa Nacional.

Autorizo o prosseguimento da presente contratação por inexigibilidade de licitação com fulcro no artigo 25, inciso II, c/c artigo 13, inciso VI da Lei 8.666/1.993, e Lei Orçamentária 14.303 de 21/01/2022.

Encaminhe-se à Secretaria de Orçamento e Finanças.

Campinas, 2 de setembro de 2022.

(a) VERA LUCIA DE OLIVEIRA RAMIRES  
Secretária da Administração Substituta